

Suplemento Doce Rio

Consciência Ambiental

Jornal AgroNegócio - Suplemento Doce Rio - Ano 11 - Edição 114 - Dezembro 2016

PDRS A Revolução Sustentável do Médio Rio Doce

Jornal
agronegocio
informação e resultados

TENHA O SOL COMO PARCEIRO
Produção mais barata e mais sustentável
Conheça o sistema de energia solar!

A WAV apresenta soluções: Energia Fotovoltaica e Bomba D'água Solar



Bomba D'água Solar



SOLUÇÃO EM ENERGIA

(33) 3277.7381, (33) 3083.1239
wav.com.br
contato@wav.com.br
wavenergia

Editorial

Um novo começo para a agropecuária

“Disse Deus: Este é o sinal da minha aliança que faço entre mim e vós e entre todos os seres vivos que estão convosco, em todas as gerações; porei nas nuvens o meu arco, será por sinal de aliança entre mim e a terra. Então, me lembrarei da minha aliança, firmada entre mim e vós e todos os seres vivos de toda a Terra; e as águas não mais se tornarão em dilúvio para destruir toda a carne. (Gênesis 9: 12-15).

Passou o dilúvio, desceu a lama, matou os peixes, contaminou as águas, sujou o mar. Mas como a pomba solta por Noé no sétimo dia trazendo no bico uma folha nova de oliveira, renasce nossa esperança. Como o arco íris sobre o Rio Doce em nossa foto de capa, não mais permitiremos que as águas se tornem em dilúvio para destruir a vida, mas purificaremos as águas e as utilizaremos para irrigar nossos pastos, nossa agricultura, para gerar energia, criar nossos peixes e gado, matar nossa sede.

Um novo dia nasce no Vale do Rio Doce, como a fênix ressurgindo das cinzas; da terra nua nasce o capim, no topo dos morros árvores nativas, nas margens dos rios, matas ciliares, árvores frutíferas, milho, uvas, leite, carne. Da terra arrasada campos férteis, das lágrimas o sorriso, da ignorância a tecnologia, do egoísmo o cooperativismo.

Da união das entidades de classe de Governador Valadares em torno de um projeto de recuperação ambiental do Médio Rio Doce pensado antes do desastre de Mariana. Das ações do Instituto Bioatlântico junto com os comitês das bacias do Vale do Rio Doce, do Instituto

Terra, Emater, ANA, Fundação Renova e tantas organizações e pessoas que assumiram o compromisso de restaurar, não apenas o meio ambiente exacto, mas também de promover o desenvolvimento social, econômico e sustentável de uma região estratégica para o Brasil. O setor chave para a economia brasileira; a agricultura quer seja familiar, média ou empresarial.

E é no propósito de despertar a consciência ambiental do produtor rural, mostrando que ele é o verdadeiro ambientalista, que deve proteger seu ambiente onde vive, produz e cria seus filhos, que o Jornal Negócio desenvolve novo projeto editorial: o novo Ambiental Doce Rio. A proposta de um novo projeto ambiental vem da necessidade da conscientização do produtor rural sobre práticas e tecnologias agrícolas para recuperação de áreas e pastagens degradadas: integração lavoura-floresta; ILPF (integração lavoura-floresta); redução da emissão de gases de efeito estufa; recomposição de matas ciliares, proteção de nascentes; eficiência energética, energia renovável, dentre outros temas ambientais.

Seremos um canal de comunicação rural para promover o desenvolvimento sustentável da região do Rio Doce, utilizando todas as ferramentas disponíveis para que as informações cheguem aos leitores de forma acessível e fácil compreensão. Utilizaremos para este fim vários recursos de comunicação e tecnologia como: Edição impressa a cores, Edição digital para computadores, smartphones e tablets impressas e digitais com temas específicos e consecutivas para melhor compreensão dos temas.

Vale do Rio Doce.

ntas outras
promisso
urido, mas
nico e sus-
asil, de um
pecuária,

ia ambien-
verdadeiro
e, sua terra

ornal agro-
Informati-
informati-
tização do
ambientais
adas; plan-
, pecuária,
eito estufa;
nascentes;
tre outros

para pro-
região do
disponíveis
ces de for-
emos para
cnológicos
al acessível
, cartilhas
m edições
emas pelo

produtor rural, promoção de palestras sobre temas ambientais em diversas comunidades em parcerias com empresas, fundações e universidades.

Mantendo-nos fieis em nossa missão de promover informações com transparência, isenção e credibilidade, cooperando com o desenvolvimento rural brasileiro, para que o homem do campo alcance um patamar superior e seja valorizado pela sua atividade empresarial e sustentável, construindo o Brasil de nossos filhos e netos.

Um grande desafio se apresenta para nós, no Vale do Rio Doce, de recuperar uma região outrora coberta de florestas que foi totalmente dizimada pela exploração predatória de seus recursos naturais, desde a abertura da estrada de Ferro Vitória Minas no início do século XX até a catástrofe do rompimento da barragem de Fundão. Embora trágica em suas consequências pelas perdas humanas e ambientais, sobretudo no Rio Doce, nos abriu uma excelente oportunidade para reflexão sobre nossas ações passadas e recuperação de nossa biodiversidade no presente, para que em um futuro próximo sejamos provedores de matérias primas e alimentos para o Brasil conservando o meio ambiente.

Acreditamos que é possível!

Jornal AgroNegócio – Informações e Resultados

Geraldo Magela Dias - Publisher

magella@olandim.com.br



Cultive sua ideia conosco!

Um dos princípios do sucesso é ter uma boa base para se lançar.



🌱 Criação de Identidade Visual; 🌱 criação de projeto gráfico; 🌱 diagramação e editoração de jornais e revistas; 🌱 criação de catálogo de produtos e serviços; 🌱 peças gráficas promocionais; 🌱 website e lojas virtuais; 🌱 gestão de redes sociais; 🌱 assessoria de imprensa; 🌱 criação de textos institucionais e outros serviços.



www.olandim.com.br

31 2511-5802
27 3026-4283

contato@olandim.com.br

Expediente

Danilo Olandim

Editor Geral e Arte

danilo@olandim.com.br

Geraldo Magella N. Dias

Diretor Geral - MTB - 17886-MG

magella@olandim.com.br

Cristiana Freitas de Souza

Diagramação/Revisão

cristiana@olandim.com.br

Marilene Spínola

Diretora OPEC / Comercial

marilene@olandim.com.br

Marize Olandim

Comercial / Revisão

marize@olandim.com.br

Edição Gráfica e Diagramação

contato@olandim.com.br

Ronaldo Pardins

Comercial Região Leste

ronaldo@jornalagronegocio.com.br

Home Page

www.jornalagronegocio.com.br

www.twitter.com/jornalagro

Redação / Fotografias

redacao@jornalagronegocio.com.br

Olandim Comunicação & Design

CNPJ: 06.969.701/0001.10

Belo Horizonte - MG

Fone: 31 2511-5802

Governador Valadares - MG

Fone: 31 9412-8077

Vitoria - ES

Fone: 33 9112-7250

Versão impressa: Impresso Imprima Editora.

Distribuição Dirigida

Produtores rurais, sindicatos, cooperativas, estabelecimentos públicos selecionados nas principais cidades, em leilões, feiras e eventos rurais, universidades e centros de pesquisas.

Os anúncios publicados são de responsabilidade de seus anunciantes.

* Foto da capa Leonardo Matos - GV/MG

PDRS – A Revolução Sustentável



Durante o lançamento do PDRS (Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce) no dia 27 de julho em Governador Valadares o ex. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Alyson Paulinelli ministrou palestra Magna sobre o desenvolvimento da agricultura tropical brasileira. Em sua palestra ele abordou todo o contexto histórico desde a crise de 1929 até a fundação da EMBRAPA em 1973 na sua gestão como ministro. Alyson Paulinelli é o grande mentor e essência do PDRS e para conhecerem na prática as tecnologias que podem tornar uma terra improdutiva em um oásis de produtividade, Dr. Alyson levou um grupo de produtores rurais do Vale do Rio Doce para uma visita técnica em sua propriedade em Baldim para conhecerem todo o trabalho desenvolvido de recuperação de solo e pastagens através das tecnologias de ILPF, barraginhas, plantio direto na palha, dentre outras técnicas, transformando uma região de solo pobre e castigada pela seca em um

oásis de produtividade de soja, milho e pasto em pleno cerrado. Alyson Paulinelli é o expoente da Nova Agricultura Brasileira, sendo o responsável pelo grande salto de nossa agricultura tropical, hoje referência em todo o mundo. Pela importância dos temas abordados publicaremos este artigo em três edições do Informativo Ambiental Doce Rio.

“Fico muito feliz em retornar a uma região tão importante como o Vale do Rio Doce e encontrar verdadeiros batalhadores, muitas vezes sofredores que há muitos anos estão nas trincheiras de luta as vezes de forma isolados diante das dificuldades que enfrentamos em nosso cotidiano no setor agrícola e pecuário. É com muita emoção que tenho agradecido a Deus que tem me dado saúde, fé e muita determinação para continuar com minhas atividades, com meus sonhos e com a dedicação que sempre tive com a agricultura brasileira. Vim aqui em Governador Valadares como amigo de vocês

do Médio Rio Doce

Reportagem: Geraldo Magela Nogueira

para conversarmos muito francamente. Muitos já me ouviram falar da revolução da agricultura brasileira e por que ela aconteceu. Isto é muito importante, especialmente para vocês que estão planejando uma revolução ambiental aqui no Médio Rio Doce através do PDRS.

Quando fui chamado para participar do Governo Federal como Ministro da Agricultura o Brasil vivia uma fase muito difícil, uma crise sem muitas perspectivas e percebi que seria uma tarefa árdua com muitos desafios a enfrentar. Para falar desta crise e das soluções encontradas preciso voltar algumas décadas na história, mais precisamente na década de 30 que teve

início com a grande crise mundial de 1929. Até então o Brasil era um país agrícola se sobressaindo principalmente com as culturas de café, borracha, cacau e açúcar. O setor agrícola era o gerador de riquezas do país, principalmente o café. Nesta época 80% da população brasileira era rural e apenas 20% vivia nas cidades e com exceção dos produtos citados acima a agricultura e pecuária brasileira não era rentável. No início do século XX país desenvolvido era país industrializado, se um país não tivesse a força motora para em um processo veloz produzir bens de consumo ele não era um país totalmente livre. E o Brasil se encaixava nesta situação.

“Fico muito feliz em retornar a uma região tão importante como o Vale do Rio Doce e encontrar verdadeiros batalhadores, muitas vezes sofredores que há muitos anos estão nas trincheiras de luta as vezes de forma isolados diante das dificuldades que enfrentamos em nosso cotidiano no setor agrícola e pecuário.”

Getúlio Vargas, na década de 30 convocou os grandes especialistas, os melhores pensadores e implantou o primeiro plano estratégico para desenvolver a indústria brasileira. E quero chamar atenção para um fato que rogo que vocês jamais esqueçam: Nós fomos nos meter em uma competição comercial internacional contra gigantes sem termos nenhum conhecimento da tecnologia e do desenvolvimento que os países industrializados haviam adquirido. Nossas primeiras indústrias foram pensadas e projetadas lá fora. Depois trouxeram todo o maquinário,

os engenheiros, operadores das máquinas e o que é pior, alguns destes industriais trouxeram até a matéria prima para fabricar produtos no Brasil. Naquela época não fabricávamos nem mesmo artigos de primeira necessidade como tecidos. Os tecidos fabricados aqui ainda eram naqueles teares em que se passava o fio e jogava a borboleta de um lado para o outro e toda vez que você lavava uma calça ela espichava mais de 20 cm, ficava parecendo aquele embornal que carregávamos antigamente. Nós desenvolvemos na década de 30 uma indústria toda com-

Agradecemos aos leitores e anunciantes que estiveram conosco durante todo o ano.

Desejamos **Boas Festas**
e que **2017** as esperanças
em **2017** sejam renovadas!

Jornal **agr** **NEGÓCIO**
informação e resultados

prada fora, todos os projetos e equipamentos. Se vocês observarem em Belo Horizonte, na praça da Estação ou a zona portuária do Rio de Janeiro vocês verão aqueles galpões grandes, todos foram importados da Inglaterra, da Holanda, da França, para abrigar nossas indústrias, esqueceram até que tínhamos madeiras de boa qualidade no Brasil para fabricá-los.

Mas era fácil naquela época, o café pagava a conta e de fato pagava porque o Brasil desenvolveu a melhor cafeicultura mundial e tínhamos uma posição muito boa no mercado internacional do café onde alcançamos até 80% da produção mundial. O café estava valorizado, era moda nos países frios por ser um produto estimulante que aquecia e começou a ser muito valorizado e isto foi muito bom para o Brasil. Portanto, o Brasil começou seu processo de industrialização sem conhecimento, sem dominar a tecnologia e o resultado foi uma indústria travada, quase obsoleta. Na indústria a competição é muito grande, um produto em relação ao seu concorrente pode ser aniquilado se não tiver competitividade. E o Brasil foi obrigado a subsidiar suas indústrias já no seu nascimento. O café que já tinha pago a máquina, os engenheiros especializados, os galpões, o Know-how, teve também que subsidiar o produto. Mas a conta café ainda era a conta poderosa.

Até que surgiu um certo médico mineiro, nascido em Diamantina que sacudiu o Brasil, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Ele estabeleceu a meta de 50 anos em 5 para desenvolver o Brasil e seu plano de desenvolvimento era baseado em cinco itens: energia, transporte, comércio, indústria e tecnologia. Com sua visão de futuro criou o CNPq agência responsável pela sistematização do apoio à pesquisa que permitiu ao Brasil ingressar na elite científica mundial. Em sua gestão houve grandes avanços

na logística, indústria, aviação, aconteceu uma profunda transformação em toda infraestrutura brasileira, a população urbana saltou para 50%, o país estava exatamente no ponto culminante do equilíbrio 50% urbano e 50% rural. O mercado internacional de produtos agrícolas era muito pequeno e totalmente dominado pela agricultura temperada, das regiões temperadas do Globo.

O chamado 'primeiro mundo' se desenvolveu no paralelo temperado porque há várias vantagens comparativas, principalmente para a agricultura. A diferença da região tropical e a temperada no Globo é que as regiões temperadas têm as estações do ano muito bem definidas; quando é frio é frio mesmo, vem a neve, cobre o solo este solo se encrespa. O frio faz interromper os fenômenos biológicos do solo e dormem as doenças, as pragas, e este solo permanece em uma grande noite de descanso de seis meses em algumas regiões e menos de seis meses em outras. Quando o sol da primavera desponta e a neve derrete humedece este solo e acontece uma explosão biológica que sempre favoreceu estas regiões na produtividade. Não veio doenças, não veio a praga, e as reservas que estavam crestadas pelo frio são disponibilizadas nesta explosão de vida, estas são as vantagens comparativas para os países das regiões temperadas com relação as tropicais. Enquanto houve espaço nas regiões temperadas para expandir a produção agrícola eles não deram nenhuma



Credenciado
pelo INCF
Código C5

(33) 3221-1111
(33) 3221-1111
(33) 9191-1111
(33) 8891-1111

Av. Minas Gerais, 700 - Lj 03 - Ed. Plaza Cent
CEP: 35010-151 - Governador Valadares - MG

oportunidade para as regiões tropicais. Ganhávamos em produtividade com nossa agricultura tropical com café, cacau, borracha, mas quando se tratava do milho, da soja, arroz, laranja, trigo, eles tinham enorme vantagens comparando com nossa agricultura tropical. E tiveram tantas

vantagens comparativas que se organizaram e dominaram o mercado mundial.

Artigo continua na próxima edição do Suplemento Ambiental Doce Rio com o título: Ciência, Inovação e Tecnologia – A Grande Virada da Agricultura Tropical Brasileira.



do
RA
L

José Maria Rodrigues

Responsável técnico

Engº Agrônomo - CREA - 31158/D



21-6001 (Escritório)
25-1192 (Residência)
97-4612 (Celular)
95-6001 (Celular)

er
G

Georreferenciamento de imóveis rurais •

Medições •
Reserva legal •
Divisões de terras •
Topografia em geral •
Chacaras / Loteamentos •

E-mail: rodimatopografia@yahoo.com.br



Entrevista: Prefeito Eleito de Governador



Doce Rio - AgroNegócio: Você foi um dos responsáveis por pensar o PDRS (Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Médio Rio Doce) quando Secretário de Estado da Agricultura durante uma visita técnica a Manhauçu para conhecer, junto com outras lideranças rurais de Valadares o Programa de Manejo e Renovação de Pastagens em Áreas Montanhosas desenvolvido pelas Fertilizantes Heringer. Agora como prefeito eleito de Governador Valadares, como será a participação da prefeitura no PDRS?

André Merlo: Não sou o responsável pelo PDRS, sou apenas um ator na elaboração do projeto. Quando estava como presidente da

União Ruralista Rio Doce, percebemos junto com os dirigentes das outras entidades de classe como a Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce, Sindicato Rural e Sicoob Crediriodoce da necessidade de recuperação das pastagens degradadas em nossa região. E percebemos que esta iniciativa deveria partir dos próprios produtores rurais, seria algo totalmente diferente de projetos que nascem nos gabinetes de governos, mas uma iniciativa do homem do campo que conhece seu ambiente, vive nele e dele retira seu sustento. Portanto o PDRS será parte de um programa da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Valadares, nós já abraçamos este projeto. A Mara Esteves, com toda sua competência, será nossa Secretária de Agricultura e Meio Ambiente e já está totalmente

Dr. Valadares André Luiz Coelho Merlo

Reportagem: Geraldo Magela Nogueira

alinhada com as diretrizes do PDRS para incrementar as ações do projeto em Governador Valadares. Temos certeza que o PDRS será uma grande saída para o agronegócio de nossa região.

Doce Rio - AgroNegócio: E como começou o PDRS?

André Merlo: Fizemos várias reuniões entre os presidentes das entidades já citadas: Alberto Ferreira do Sicoob Crediriodoce, Afonso Bretas do Sindicato Rural, Guilherme Olinto da Cooperativa Agropecuária e já como presidente da União Ruralista o Cantídio Ferreira, além de vários produtores rurais da região e demais lideranças. Contratamos uma conceituada empresa a YKS com vasta experiência em projetos ambientais e na captação de recursos, além da consultoria do ex. Ministro da Agricultura, Dr. Alison Paulinelli que muito nos alegrou pela sua experiência e inestimável contribuição dada a agricultura brasileira. Valadares já foi referência brasileira principalmente na pecuária de corte e perdeu essa posição porque suas terras foram se degradando pouco a pouco e os produtores rurais sem capacidade de investimento, viram a situação de suas terras piorando cada vez mais. Hoje temos tanto terras degradadas quanto

pastagens degradadas que são coisas diferentes; a pastagem você consegue recuperar mais fácil já a terra degradada que são as erosões que vemos em toda parte é bem mais difícil, necessita de um trabalho mais profundo, utilizando máquinas e tecnologias para recuperar a terra. Esta foi nossa principal motivação para iniciarmos o PDRS.

Doce Rio - AgroNegócio: O Vale do Rio Doce, além da degradação ambiental de décadas, também sofreu com o desastre ambiental causado pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. Qual influencia o PDRS terá na recuperação do Rio Doce e qual papel o produtor rural poderá desempenhar nesse processo?

André Merlo: O PDRS começou antes da tragédia de Mariana. Foi a visão que nós tivemos da necessidade de não apenas recuperar o Rio Doce, mas também todo o meio ambiente que foi degradado na região. Após o desastre nosso desejo de promover uma recuperação ambiental se intensificou. Hoje além das terras e pastagens nós queremos recuperar as nascentes, os topos de morro, promover ações integradas com outros projetos para que o Rio Doce seja totalmente recuperado.



AgroAmbiental
Consultoria



- Georreferenciamento e serviço de topografia
- Divisão de propriedades rurais e chacreamento
- AAF Autorização Ambiental de Funcionamento
- Outorga de água, uso de água insignificante
- CAR - Cadastro Ambiental Rural
- Declaração Ambiental de não passível
- Elaboração de Projetos de Crédito Rural

Vulmar Sayão de Brito

CREA/MG: 19.841

Tel.: 33- 99989-5313 / 3276-5328
e-mail: vulmarsayao@hotmail.com

Namir Augusto de Mello

CREA/MG: 93.976

Tel.: 33 98407-5654 / 99989-5572
e-mail: namirmello@hotmail.com

Doce Rio - AgroNegócio: Poderá haver uma participação da Fundação RENOVA no PDRS?

André Merlo: Penso que sim, estamos buscando parcerias, quando for concluída a primeira etapa de implantação do PDRS quando se estiver buscando recursos para desenvolver o projeto, podemos desenvolver ações juntos com a Fundação RENOVA. Ela é responsável por executar as ações de recuperação do Rio Doce e o PDRS vai de encontro a suas necessidades; recuperação de nascentes para melhorar a captação de água, etc. Eles dispõem dos recursos e nós temos um grande projeto de recuperação ambiental pronto, vemos esta possibilidade com bons olhos. Não temos que ficar lamentando, infelizmente a tragédia já aconteceu, agora temos que agir, somar forças. Já que temos um projeto pronto para ser desenvolvido e os recursos estão disponível, temos que fazer essa união.

Doce Rio - AgroNegócio: O objetivo do PDRS além de recuperar áreas degradadas também envolve área social, com geração de emprego e renda para a região. Quais ações serão tomadas pela Prefeitura de Valadares a médio e longo prazo para contribuir com essas metas de geração de emprego e renda no campo?

André Merlo: É lógico que se recuperando ambientalmente, também haverá a recuperação na área social, isso é de extrema importância. Não adianta recuperar a natureza se o homem não usufruir das riquezas que a terra produz. O produtor rural vive da renda de sua propriedade e o que ele mais está perdendo hoje é renda, está ficando cada dia mais pobre. Antigamente



o produtor com menos terra, conseguia formar seus filhos em uma faculdade particular. Hoje em dia ele não consegue mais porque ele não produz, e ele não percebe isso, porque isso é um processo lento, mas quando você coloca mapas e números na mesa percebe-se isso claramente. A função da prefeitura nesse caso, é dar todo apoio para aqueles que não tem condições de alcançar programas maiores. Falo do pequeno agricultor, da agricultura familiar, que são a maioria na região. Essa será uma função da Secretaria de Agricultura de Valadares, fomentar a agricultura familiar, juntamente com outros órgãos como a EMATER, dar todo apoio social para essas famílias para que quando o ambiente estiver propício, eles terem condições de desenvolverem seu trabalho no campo para terem renda digna na sua propriedade. A prefeitura tem um papel de fundamental importância

Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Médio Rio Doce

nesse processo, porque ela é um elo propulsor podendo acelerar esse processo.

Doce Rio - AgroNegócio: Você acha que o produtor rural deva ser remunerado por preservar o meio ambiente, por exemplo se tiver uma nascente em sua propriedade, ele poderá ser remunerado por preservar essa nascente?

André Merlo: De alguma maneira ele deverá ser remunerado e não apenas isso, mas ter financiamento a custo baixo para sua produção, porque a característica do produtor rural é diferente do comércio, a margem de lucro é menor e o retorno é a longo prazo. Ele tem que ser visto de outra maneira. O produtor que tiver recuperando nascentes, recuperando o meio ambiente e produzindo água para toda a sociedade

deve ser recompensado por esta sociedade de alguma maneira. Seja através dos bancos, governos ou de quem financia o processo. Existe uma grande injustiça contra o produtor rural de dizer que ele é quem degrada o meio ambiente, imagina se você quer destruir o seu próprio patrimônio? Ele pode até fazer isso, mas será por falta de conhecimento, de informações. Se formos analisar racionalmente, quem mais degrada a natureza são as grandes cidades e as grandes indústrias que despejam poluição no ar, matam os rios e jogam a culpa no produtor rural. Na minha visão as indústrias e a sociedade urbana precisam bancar o produtor rural, e isso fica barato. Ele deve ser respeitado e apoiado inclusive financeiramente, para que essa água possa chegar na cidade com quantidade e qualidade. Precisamos mudar essa visão.



O PDRS como oportunidade para o produtor rural

Por: Geraldo Magela Nogueira

No Termo de Transação e Ajustamento de Conduta que a Samarco assinou junto ao Ministério Público e o Ibama, foi firmado o compromisso de recuperar 40 mil hectares de áreas degradadas do Vale do Rio Doce. Serão recuperadas APPs degradadas, manejo do solo para recuperação de áreas de erosão, fontes de abastecimento alternativas nos municípios, produção de sementes e de mudas de espécies nativas florestais, nascentes e será dada prioridade em áreas que vão melhorar a captação de rios que são as sub bacias que alimentam o Rio Doce. Em Governador Valadares a recuperação inicial será na Bacia do Suaçuí Grande onde terá também uma captação alternativa para a cidade, que hoje depende exclusivamente do Rio Doce.

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Médio Rio Doce (PDRS), foi pensado e planejado bem antes do rompimento da barragem de Fundão. É uma iniciativa pioneira dos produtores rurais por meio de suas entidades de classe que preveem a elaboração de um projeto técnico para captação de financiamentos para recuperação de áreas e pastagens degradadas, redução da emissão de gases de efeito estufa e, conseqüentemente, a recuperação da Bacia do Rio Doce e geração de energias alternativas. A ideia central do PDRS é buscar recursos no exterior ou no Brasil a fundo perdido, ou financiamento com taxas subsidiadas com longo prazo de carência, para não comprometer a renda do produtor rural. Como estamos com o projeto do PDRS concluído, ele pode-

rá ser utilizado também pela Fundação Renova que é uma instituição autônoma e independente, constituída para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Apresenta-se uma excelente oportunidade para os produtores rurais que estão nas sub bacias do Rio Doce na recuperação de suas pastagens e áreas degradadas.

Todos os associados das instituições: União Ruralista Rio Doce, Sindicato Rural, Sicoob Creditriodoce e Coaperiodoce, têm o direito de participar do PDRS, e o papel da União Ruralista é de criar oportunidades aos nossos associados na recuperação de suas terras para sustentabilidade do seu negócio. O produtor rural crescendo todas as entidades crescem juntas, melhora o fornecimento de gado, aumenta a captação de leite, fomenta a economia local, além de gerar emprego e renda. Haverá melhoria na infraestrutura, implantação de telefonia celular nas fazendas, saneamento, educação, saúde, enfim, é um conjunto de ações que serão agregadas ao longo do tempo de execução do PDRS. Nossa região pode se tornar vitrine para todo o Brasil de uma agropecuária sustentável, e sem dúvida irá melhorar muito a situação do produtor rural do Médio Rio Doce.

Os custos de produção na pecuária estão muito elevados, tanto para o setor de leite quanto de corte em função dos preços de insumos e de frete. O milho que usamos vem do Centro Oeste do Brasil, no ano passado a saca do milho estava a 27 reais e atualmente

está a 67, ficando quase inviável praticar a pecuária hoje, precisa ter escala de produção para ter lucro. Com a contribuição técnica do PDRS a médio e longo prazo, essa realidade irá mudar, principalmente para áreas planas em que serão implantados projetos de irrigação para produzir insumos para alimentar o gado da região. O produtor poderá plantar pastagens nas áreas planas e o topo de morro recuperar com florestas, tipo castanheiras, cedro, ipês, madeiras que têm valor comercial para fazer um manejo florestal e agregar renda para a propriedade. A UNIVALE, que é parceira no PDRS, tem estudos de que a região do Vale do Rio Doce pelo seu clima é apropriada para fruticultura: manga,

goiaba, banana, até uvas pode ser plantada na região, porém o produtor rural do Vale do Rio Doce ainda não tem esse conhecimento porque aqui sempre foi uma área de pecuária, com capim abundante. É necessária uma conscientização do produtor rural para utilizar todas as tecnologias que serão disponibilizadas através do PDRS. Ele irá receber todas as informações para desenvolver uma agropecuária sustentável a fim de que ele e seus filhos possam gerar riquezas e renda com sua atividade e se fixar no campo, sem necessidade de um êxodo rural. A União Ruralista Rio Doce se orgulha em fazer parte do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce.



Difusão de tecnologias para a recuperação ambiental do Médio Rio Doce.

Por: Geraldo Magela Nogueira

Magnífico Senhor Reitor José Geraldo Lemos Prata



O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Médio Rio Doce (PDRS) não teria sentido sem a participação da Academia. As Universidades terão um papel primordial na difusão de tecnologias para a recuperação ambiental do Médio Rio Doce. E a Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) será fundamental nas ações do PDRS à campo. Desde o primeiro momento houve o

envolvimento de professores e estagiários realizando trabalhos nas fazendas, mapeando as sub-bacias, realizando os estudos técnicos para elaboração do “Mapa de Multicritérios” para definir os investimentos que serão feitos na região. O comprometimento com o desenvolvimento regional do Vale do Rio Doce assumido pela UNIVALE, se reflete nas suas atividades, trabalhando para atender às necessidades da comunidade e reafirmando sua identidade de Universidade Comunitária. É assim que ela se qualifica como parceira do PDRS para a promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental.

O Magnífico Reitor José Geraldo Lemos Prata exalta a participação da Univale no PDRS dizendo que no processo de validação e pesquisas inerentes ao PDRS, haverá ampla participação dos alunos e professores. “Nossa estrutura física de laboratórios, juntamente com um cor-

po docente qualificado, serão importantes ferramentas de suporte técnico ao PDRS. Ressalto, também, a importância do PDRS para o desenvolvimento regional e diante dessa premissa, a presença da UNIVALE se torna extremamente importante para dar sustentação técnica e de pesquisa ao projeto, afirma”. Lemos Prata enfatiza a grande responsabilidade que a UNIVALE tem com a preservação do meio ambiente por meio de parcerias e representatividade nos órgãos oficiais. “Além disto, a eleição do produtor e liderança rural André Merlo para a prefeitura de Governador Valadares, aponta novos rumos para a sustentabilidade de nossa cidade. André Merlo é uma pessoa muito comprometida com o desenvolvimento de nossa cidade, de conduta ilibada e reconhecida competência como gestor. Neste panorama as perspectivas para sua gestão e o sucesso do PDRS são as melhores possíveis, conclui”.



CASA DO EUCALIPTO

Euca
Com

- *Mourões P/ Cerca
- *Esticadores
- *Postes
- *Tocos P/ Curral.

Visite-nos e conheça a utilização do Eucalipto na construção civil, em telhados e galpões, uma opção econômica e de muito bom gosto.

**Av. Rio Bahia, 2880 (Ao Lado da Cooperativa)
Bairro Altinópolis - Governador Valadares**

**FONE:
(33) 3271-5269**



Visão Empresarial – A Essência do PDRS

José Geraldo Pedra Sá – Coordenador do PDRS

Por: Geraldo Magela Nogueira



Esquerda para direita Afonso Bretas , Cantídio Ferreira , José Geraldo Pedra Sá, Guilherme Olinto, Alberto Ferreira.

A essência do PDRS é a visão empresarial de uma classe em busca de soluções de forma empresarial para o seu negócio. Buscar o que falta para resolver as situações para toda a cadeia do agronegócio da região. O Vale do Rio Doce sempre foi uma região produtiva. Na implantação das grandes siderúrgicas em Minas

Gerais toda madeira para carvão que gerava energia para os altos fornos vinha da região do Rio Doce. Os dormentes utilizados na construção da ferrovia Vitória a Minas eram madeiras retiradas da região e as madeiras de lei que fabricaram os móveis, os pisos e construções de Governador Valadares saíram de nossas florestas nativas. E não há motivos para reclamar porque isso é que transformou Governador Valadares em uma cidade polo da região sudeste. Depois vieram os pecuaristas formando pastos para o gado de corte e leite, transformando a região em referência brasileira para essas atividades. Esse desenvolvimento, portanto, veio em cima das riquezas da região, só que não havia ainda tecnologias e assistência técnica para

Alipato Tratado e In Natura, Qualidade e Preço Baixo



Aplicação galpão



Aplicação telhado

o produtor rural como há hoje, daí começou uma degradação das terras e pastos. Essa visão empresarial, portanto, deve nortear as ações do produtor rural, nos dias de hoje ele não mais é visto como uma pessoa inculta, que não conhece tecnologias, que não sabe falar. A sustentação econômica do Brasil é feita pelo agronegócio, você não pode entender que uma cadeia seja produtiva quando as pessoas são incompetentes, existe um contrassenso aqui.

Quando o empresário rural entende todo este contexto no qual ele está inserido e sua importância para a economia brasileira como produtor de alimentos, gerador de emprego e renda, ele percebe a necessidade de investir intelectualmente e financeiramente em sua atividade. O PDRS nasceu do ceio do produtor rural por meio de suas entidades de classe, União Ruralista Rio Doce, Sindicato dos Produtores Rurais, Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce e Sicoob Crediriodoce, nesta união de classe percebe-se a sustentabilidade do projeto.

O PDRS está firmado sobre três grandes pilares: desenvolvimento social, econômico e sustentável, se um desses pilares estiver mais fraco que os outros o projeto não se sustenta porque todos têm a mesma importância e devem caminhar harmonicamente e serem perfeitamente dimensionados para o sucesso do PDRS. Para se fazer um projeto, basicamente são necessárias três coisas: motivação, tecnologia e os recursos financeiros para executá-lo. A motivação o produtor rural já definiu a partir do momento em que contratou uma conceituada empresa para fazer o projeto, ou seja, ele direcionou recursos financeiros para isso. Agora o que falta? Tecnologia e dinheiro. A tecnologia está disponível nas universidades, institutos de pesquisas, órgãos governamentais e do terceiro

setor, mas ele não tem acesso a ela, porque necessita de investimentos, de dinheiro. Ele pode até ter acesso ao conhecimento, mas não consegue transformar esse conhecimento em ação e resultados porque precisa dos recursos necessários.

O que o produtor e suas entidades de classe entenderam: precisamos buscar recursos financeiros para dar suporte ao produtor rural, protegê-lo para que ele como empresário consiga resolver o problema socioeconômico e ambiental da região. Para isso foi contratada a empresa YKS para desenvolver esta argumentação junto aos agentes financeiros nacionais e internacionais e dizer: precisamos de tantos milhões de dólares para recuperarmos pastagens, terras degradadas, matas e nascentes. A YKS é uma empresa de consultoria estratégica e técnica na área ambiental, focada nos princípios mundiais de sustentabilidade. Com mais de 20 anos de experiência e mais de 200 projetos desenvolvidos, a empresa adquiriu grande conhecimento sobre oportunidades de parcerias público-privadas e de incentivos junto às agências de fomento internacionais; contratá-la foi o primeiro grande passo do PDRS.

Essa é a essência do PDRS, nascer de uma classe de produtores rurais que pensam como empresários e que não sejam mais vistos como aquela pessoa que coloca seu gado na terra,



- Maior sustentabilidade do sistema de produção.
- Melhor estabelecimento da pastagem.
- Aumento na rebrota do capim.
- Aumento na capacidade de suporte da fazenda.



exaure-a, provoca erosão e degrada o meio ambiente. Na verdade, a degradação ambiental pode ser vista porque temos um desenvolvimento tecnológico brutal nos últimos anos. Hoje se fala muito em preservação de nascentes, que é fundamental, mas não podemos nos esquecer que há 30 anos o Governo federal tinha um projeto chamado Pró Várzeas que era para secar as várzeas e transformá-las em pasto, retirando as matas ciliares para combater o mosquito da febre amarela e o ônus caiu sobre o produtor rural. Não podemos nos esquecer que o grande elemento de impacto ambiental se chama o homem e principalmente o homem urbano que polui os rios, a terra e o ar. O grande impacto de destruição da natureza não é o meio rural, mas é o urbano. Isso não significa

dizer que o rural também não tenha que passar por uma revolução. Aí é que entra a visão das entidades de classe que criaram e estão viabilizando o PDRS. O produtor rural é uma pessoa muito séria e precisa ser respeitado, porque apesar de toda falta de estrutura e intempéries, ele não deixa que falte comida na mesa do brasileiro, sempre consegue uma saída para continuar produzindo. Portanto, ele precisa receber a tecnologia e o dinheiro compatíveis com a sua atividade. O PDRS vem para proteger, para dizer o seguinte para o produtor rural: “você pode pegar esse recurso que terá todas as condições de pagá-lo e pode ter certeza que a tecnologia que está sendo colocada em suas mãos é a tecnologia certa para te levar em um patamar superior como empresário do agronegócio”.



©Olandim

Tecnologia e conhecimento à serviço da pecuária brasileira





Produção e Conservação



O Sicoobcredriodoce como oriundo do setor rural, se preocupa em poder proporcionar ao produtor rural junto com as outras entidades de classe como a União Ruralista Rio Doce, Sindicato Rural e Coaperiodoce a condição para que o produtor recupere sua capacidade, não apenas na questão de minimizar a degradação ambiental de suas terras, mas sobretudo na questão de recuperação de pastagens, e

que ele também possa recuperar sua condição econômica, gerando recursos com sua própria atividade agropecuária. Hoje, nossas pastagens na região do Médio Rio Doce estão reduzidas a menos de 50% do que já foram, com pastos e terras em acelerado processo de degradação. Quando sobrevoamos a região é possível ver os morros devastados, além da lama que ainda cobre o Rio Doce.

o Ambiental

Por: Geraldo Magela Nogueira



O PDRS, Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce pretende inicialmente identificar fontes de recursos no Brasil e exterior que possam dar ao produtor rural plenas condições para que ele, com apoio técnico e recursos financeiros possa recuperar suas terras, recuperando áreas degradadas da região. Estes recursos serão buscados e oferecidos ao produtor rural em plenas condições para

que ele possa suportar, com prazos longos de pagamento e custos baixos. Ele já tem sua carga normal de crédito em sua atividade agrícola, sobretudo no Vale do Rio Doce, onde existe uma irregularidade no ciclo de chuvas, deixando o produtor muito intranquilo na questão honrar seus compromissos. Esses recursos serão buscados da melhor forma possível, como financiamento a longo prazo ou a fundo perdido, mas o principal é que seja suportável para o produtor rural. O projeto do PDRS terá duração de 15 anos e o montante de recursos captados ficará na ordem de 500 milhões de dólares, que

O PDRS, Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce pretende inicialmente identificar fontes de recursos no Brasil e exterior que possam dar ao produtor rural plenas condições para que ele, com apoio técnico e recursos financeiros possa recuperar suas terras, recuperando áreas degradadas da região.

sem dúvida alguma é uma importância muito expressiva, dando em torno de 30 milhões por ano, por isto o PDRS será executado por etapas.

O objetivo do PDRS é conciliar produção com conservação ambiental recuperando todo o ecossistema da região e o produtor rural é o principal ator neste processo. Um pasto bem formado é um excelente conservador do solo, ele absorve água naturalmente, evita erosão capta CO₂ e gera oxigênio. Na medida que você tem um pasto bem controlado, bem manejado, pode colocar o gado sem problema

algum que não vai degradar o meio ambiente, pelo contrário, irá gerar recursos, preservando a área. O que não pode acontecer é uma superlotação de animais no mesmo lugar, é onde entra a parte técnica do projeto para orientar o produtor. Não basta apenas recuperar pastagens, tem que haver o manejo adequado nas áreas de pasto ainda não degradadas, para que esta terra não sofra nenhuma depreciação. Hoje existem tecnologias bem conhecidas e acessíveis, como plantio direto, pastejo rotacionado, integração lavoura pecuária floresta, dentre outras. Nossa dificuldade no Médio Rio Doce é a topografia da região com muitos morros e a deficiência hídrica, além das intempéries climáticas como a seca. Estas tecnologias deverão ser aplicadas como irrigação para produção agrícola ou a construção de pequenas barragens que podem contribuir com a elevação da disponibilidade de água, além da recuperação de nascentes. Precisamos no PDRS identificar as áreas mais propícias para utilizar essas tecnologias e dentro do possível fazer este manejo de irrigação.

Estas tecnologias serão buscadas na Academia, não apenas na UNIVALE, que já participa do PDRS fazendo levantamentos á campo com seus professores e alunos, mas na UFMG, UFLA e UFV. Todas essas instituições têm condições e capacidade de apoiar o produtor na parte tecnológica para que não apenas os recursos sejam bem empregados, mas sobretudo dê uma garantia de resultados dos recursos aplicados. Área técnica é essencial até mesmo para que não haja desperdício de recursos, porque se você usa o recurso de forma inadequada, além de desperdiçar o recurso é desastroso os resultados. Na medida em que o projeto se desenvolva, irá criar um mercado de trabalho de assistência técnica para agrônomos, engenheiros, zootecnistas, técnicos agrícolas, tratoristas,

gerando emprego e renda para a região. Ao fazer recuperação de pastos degradados, se pode aumentar de 30% a 50% da área, consequentemente aumenta capacidade de animais nas pastagens. Isto promoverá um giro maior de gado de corte e de leite, gerando mais lucros, isso é fator gerador de emprego e renda para a região. O PDRS deve gerar emprego, mas também gerar renda disponível para o produtor, se não a conta não fecha e o produtor quebra.



Sua energia é o movimento

Uma homenagem do Sicoob Crediriodoce alimenta a todos com energia para se

Sicoob Crediriodoce.

Associado à força do agronegócio

33 2101 2526 | sicoobcred

O PDRS (Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce), após 60 dias de seu lançamento em Governador Valadares já recebeu um prêmio a nível nacional através do SICOOB CREDIRIODOCE, uma das entidades parceiras do projeto. O Prêmio Concred Verde é uma iniciativa da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (CONFEBRAS) e tem o objetivo de estimular e reconhecer ações de responsabilidade socio-

ambiental. Foram premiadas as melhores práticas nas categorias responsabilidade social e ambiental e o SICOOB CREDIRIODOCE foi agraciado com o 3º lugar na categoria “Equilíbrio Ambiental” do 4º Prêmio Concred Verde pela sua efetiva participação na implantação do PDRS na região do Médio Rio Doce em conjunto com a Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce, União Ruralista Rio Doce e Sindicato Rural de Governador Valadares.

o que
mundo.

doce para você que
guir sempre em frente.



Ouvidoria: 0800 725 0996.

ócio!

diriodoce.com.br

 **SICOOB**
Crediriodoce



A força do cooper será o suporte do



A Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce participará ativamente do PDRS (Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce). Trabalhando arduamente para promover o desenvolvimento tecnológico, contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva do leite e melhorar a qualidade de vida dos cooperados é a missão da Coaperiodoce e está alinhada com os objetivos propostos pelo PDRS. Já com vasta experiência em projetos de apoio ao produtor de leite, como o Crescer Genética, que oferece todo o apoio técnico ao cooperado com o objetivo de permitir o desenvolvimento da sua atividade. Os trabalhos utilizam recursos sempre dentro da



TAKONO
FERRO E AÇO

**Desejamos sucesso
aos Novos Prefeitos**

(31) 3045-1700 / 3045-1700
www.takono.com

Rodovia BR 262 / Km 08 / Jardim
Belo Horizonte - Minas

Por: Geraldo Magela Nogueira

ativismo

PDRS



realidade econômica de cada cooperado, com recursos da própria propriedade, sem grandes investimentos, de forma otimizada, por meio de um atendimento diferenciado realizado pelo técnico do Departamento de Campo da Cooperativa. O projeto funciona por meio de uma consultoria baseada em diagnósticos, cálculos de custos, treinamentos, palestras, reuniões técnicas, visitas periódicas e atividades complementares nas propriedades para aplicar as técnicas que têm como foco o aumento da produtividade, controle de custos e sustentabilidade da atividade leiteira. Nesse processo aplica-se uma metodologia em que propriedades leiteiras chamadas de “Unidades Demonstrativas” são utilizadas como “sala de aula prática”. Essas propriedades servem de exemplo para demonstrar a sua viabilidade técnica e econômica, gerando propriedades motivadas no seu entorno e ampliado a aplicação da técnica.

Para o Diretor Presidente da Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce, Guilherme Olinto Abreu Lima Resende, toda essa experiência será disponibilizada para o PDRS através

Venda para toda Minas Gerais



Fabricamos pontes metálicas vão de 8,10,12,15 e 18 metros

**Fabricamos mata burro metálicos
Com capacidade de 45 Toneladas
vida útil de 30 anos**

SO
OS

740
n.br

em Vitória
s Gerais



da experiência adquirida pelos cooperados. “A participação da Cooperativa é de fundamental importância nesse projeto, uma vez que o programa nasceu para atender à necessidade dos produtores rurais do Médio Rio Doce. É muito importante a participação das quatro entidades de classe, pois muitos produtores rurais são comuns entre elas facilitando a comunicação e troca de experiências. Hoje o produtor rural precisa estar focado na sustentabilidade do seu negócio e o PDRS surgiu para buscar soluções sustentáveis, com recursos compatíveis e rentabilidade do produtor, além de prazos adequados (médio e longo prazo), diz”.

O PDRS se propõe a recuperar pastagens degradadas, nascentes, melhorar a gestão do produtor rural, melhorias das estradas vicinais o que facilitará a captação de leite aumentando a produtividade e renda do produtor. Para Guilherme Resende, essas ações em médio prazo

certamente vão gerar empregos no campo, fazendo que o homem fique na propriedade rural e não vá para o meio urbano. Conclui ainda dizendo que a força do cooperativismo será o suporte do PDRS, destacando a importância de o projeto ter surgido da parte mais interessada em recuperar ambientalmente o Vale do Rio Doce, o produtor. O projeto tem credibilidade porque está sendo viabilizado pelas entidades de classe: Cooperativa, União Ruralista, Sindicato Rural e Sicoob Crediriodoce, que trabalham para promover a sustentabilidade das propriedades de seus associados.

**Casa da
Ração**

O Shopping do Produtor Rural
Desde 1983

www.casadaracao.com.br



PDRS – Uma Nova Era para a Agropecuária do Médio Rio Doce

Afonso Bretas - Presidente



Credito: ASPARD-GV

O PDRS, Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce têm tudo a ver com o Sindicato dos Produtores Rurais de Governador Valadares porque nós congregamos grande parte dos produtores rurais da região, mesmo os não associados são representados pelo Sindicato, onde buscamos sempre preservar o interesse de toda a classe rural. Teremos junto com as entidades irmãs, União Ruralista Rio Doce, Cooperativa Agropecuária

Rio Doce e Sicoob Crediriodoce uma participação ativa no PDRS. Este projeto começou pela base, ou seja, foi pensado, elaborado e será executado pelo produtor rural através de suas entidades de classe e isto é muito importante para o sucesso do projeto. Quem mais conhece o meio ambiente senão o produtor rural, que vive, trabalha e dele tira seu sustento? Ele tem uma visão da nossa realidade e as soluções de recuperação devem vir de encontro a nossa

Boas festas!

*Um Ano Novo repleto de
esperança, alegria e paz.*

Loja Almenara:
Rua Olindo de Miranda, 801 -
Parque São Almenara - Almenara/MG
Fone: 33 3721-4000

Loja Centro GV:
Rua São Paulo, 825
Centro - Governador Valadares/MG
Fone: 33 3271-3060

Loja CEASA:
Rodovia Rio Bahia, S/N - CEASA Minas
Turmalina - Governador Valadares/MG
Fone: 33 3221-4543

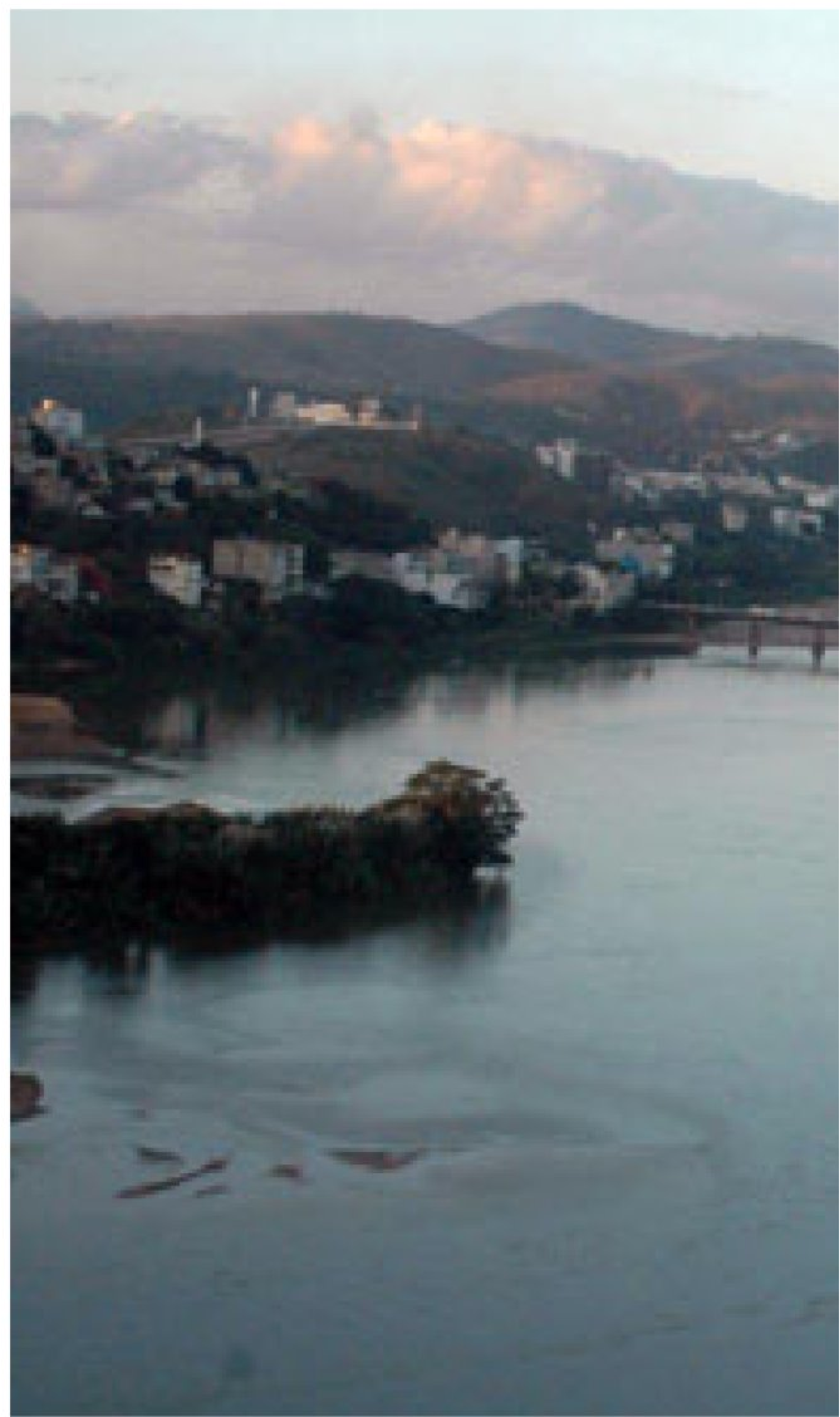
realidade. Isto dá credibilidade ao PDRS e há uma expectativa muito positiva com relação a esta recuperação. Sabemos que esta recuperação ambiental não será fácil, será preciso muito empenho, o envolvimento de toda sociedade, universidades, órgãos públicos como Emater, Epamig e Embrapa. A captação de recursos será essencial para que as tecnologias sejam acessíveis ao produtor rural, além de contar com a aquiescência dos órgãos ambientais.

Nosso maior desafio é a topografia do Médio Rio Doce, porém entendo que a tecnologia e a ciência existem para trazer soluções para estes problemas. Pode ser trabalhoso e caro mas acredito ser possível fazer a recuperação ambiental do Médio Rio Doce. Gasta-se adubação, manejo especial, recuperação de nascentes e matas ciliares, replantio de árvores nativas, porém esta recuperação leva tempo para que haja uma resposta da natureza. O solo de nossa região é muito arenoso e sujeito a voçorocas por qualquer chuva mais forte. Vemos em nossa região em algumas propriedades onde foi plantado eucalipto que foram construídas as vias de acesso para colher as árvores e o que ficou foi grandes voçorocas nestas estradas vicinais. Temos que utilizar as tecnologias adequadas para nossa região, não podemos aplicar aqui uma tecnologia que foi aplicada em outra região esperando os mesmos resultados, cada região tem sua característica específica. Temos que fazer as devidas considerações para cada tipo de solo, clima, índice pluviométrico, etc.

Tenho mais de 15 anos de atuação em órgãos ambientais como o COPAM e CBH-DOCE e percebe-se que ainda existe um grande preconceito com o produtor rural, como se ele fosse o vilão do meio ambiente e isto precisa acabar. Quem degrada o meio ambiente são as

idades que lançam seus esgotos nos rios sem um tratamento adequado. Temos 20% das cidades do Vale do Rio Doce responsáveis por 80% da poluição e quem é acusado como poluidor é o produtor rural. As cidades são as maiores poluidoras do Rio Doce e onde estão os prefeitos, as autoridades estaduais e federais que podem impedir que isto aconteça com tratamento de esgoto, saneamento básico dentre outras ações?

Por outro lado, a quantidade e qualidade da água que está debaixo dos pés do produtor rural, são de sua responsabilidade e ele tem o maior interesse em preservá-las. Se não houver água limpa, nem água para tratar os esgotos vai ter. Também é preciso olhar com uma ótica diferenciada para o produtor rural, ele está perden-



do capital cada ano, está empobrecendo, mal consegue se sustentar e eles pensam que este discurso é mentiroso, basta ver o tamanho das dívidas dos produtores rurais nos bancos que irão saber qual situação ele está. Noventa por cento dos produtores rurais devem a bancos, eles se tronaram os verdadeiros 'sócios' do produtor rural. Eles não querem saber se houve intempérie, seca, tempestade, ou crise comercial. E a taxa de inadimplência do setor é baixíssima.

O produtor rural precisa receber pelo trabalho ambiental, por preservar as nascentes, replantar matas ciliares, precisa ter uma política firme e clara com relação a isto. Já existe programas para pagar por serviços ambientais prestados, porém existe uma burocracia muito

grande para que ele se enquadre nestes programas. É um processo bem demorado, poderia ser mais flexível, o produtor rural não tem tempo disponível para muita burocracia. É necessária uma política de governo que facilite estas ações e isto depende principalmente dos municípios. Precisamos de um trabalho contínuo para fazer esta conservação, é mais uma tarefa dentro da fazenda e ainda temos de abrir mão de uma determinada área da fazenda para este fim e quem se beneficia é toda a sociedade.

Que o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Rio Doce traga uma nova era para a agropecuária de nossa região, gerando riqueza e renda para o produtor rural e sua família.



Entrevista Eduardo Figueiredo



Em foco, da esq. p/ dir. – Eduardo Figueiredo (diretor-presidente do IBIO), Dolores Colle, presidente do CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce e do agricultor Francisco Rossini, o Chico da Mata, um dos produtores a assinar contrato com o programa Reflorestar do governo do Espírito Santo. - Crédito: Divulgação Coca-Cola Brasil

GDr. Eduardo Figueiredo é graduado em Ciências Biológicas, pela PUC Minas e pós-graduado: em Biologia Molecular, pela Tufts University, MA/EUA. Diretor Presidente do Instituto BioAtlântica - IBIO desde 2011. Coordenador da Comissão Especial de Estudos da ABNT para regularização da Produção Sustentável de Ferro-Gusa a Carvão Vegetal, desde 2013. Publicou diversos artigos sobre sustentabilidade e recursos hídricos. De 2008 a 2011 trabalhou na USIMINAS, como Especialista da Superintendência Corporativa de Meio Ambiente e Assessor de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Doce Rio: O Instituto BioAtlântica (IBIO) é uma agência de águas? Como é o funcionamento da entidade?

Dr. Eduardo Figueiredo: O Instituto BioAtlântica foi criado em 2002 com o objetivo de mobilizar ações de recuperação e preservação da Mata Atlântica. Somos uma organização sem fins lucrativos, que trabalha para melhorar a qualidade ambiental e estimular a gestão integrada de recursos territoriais, aliada ao de-

envolvimento econômico, social e humano. Atualmente, o IBIO promove ou integra 12 projetos no Sudeste e Nordeste do Brasil, que visam gerar condições de potencializar a atividade produtiva, por meio do aumento da competitividade ambiental, principalmente em bacias hidrográficas que compõem o rio Doce, em Minas Gerais e no Espírito Santo, e em áreas que demandam por ações de reflorestamento e monitoramento de mananciais, como no Sul da Bahia.

Diretor-Presidente do IBIO

Por: Geraldo Magela Nogueira

Em 2011, o IBIO venceu o edital lançado pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio Doce (CBH-Doce) para atuar como entidade equiparada a agência de águas. No mesmo ano, o Instituto recebeu a delegação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de seu equivalente mineiro. Os contratos de gestão foram assinados com a Agência Nacional de Águas (ANA) e com o Instituto Gestão das Águas de Minas Gerais (Igam). Para essa atuação, criamos o IBIO-AGB Doce, com sede em Governador Valadares, que atua como instituição equiparada às funções de agência de águas dos Comitês de Bacias do rio Doce. Em novembro deste ano, fomos aprovados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG) para dar continuidade a esse trabalho, para o período 2017/2020.

Nesses cinco anos, o IBIO vem apoiando tecnicamente a implantação das ações dos Comitês e órgãos gestores do Doce. Junto com diversos parceiros, aplicamos e adequamos estratégias ambientais que são tendências globais, focadas na melhoria da qualidade ambiental da bacia, na restauração da sua capacidade de fornecimento de recursos hídricos em quantidade e qualidade adequadas, e no desenvolvimento socioeconômico das regiões que recebem essas intervenções.

Essa experiência como agência de águas da bacia do rio Doce foi somada à competência técnica aplicada, adquirida e em constante desenvolvimento na gestão de vários outros projetos ambientais e de restauração do potencial hídrico, em quatro estados – Minas Gerais, Espírito Santo, Sul da Bahia e Rio de Janeiro. Isso gerou

confiança em todos os atores do território, pois vários projetos pulverizados na região foram viabilizados e exigiam continuidade. Fomos indicados ao CERH-MG por todos os Comitês de Bacias do rio Doce da porção mineira a dar sequência a esse trabalho. Com a aprovação do CERH-MG, um novo contrato entre o IBIO e o Igam será renovado.

Doce Rio: Como é a atuação do IBIO junto aos Comitês Bacias Hidrográficas (CBHs) e, principalmente, na Bacia do Rio Doce?

Dr. Eduardo Figueiredo: Na bacia do rio Doce, o IBIO atua em parceria com os CBHs, principalmente por meio da Agência de Bacias, com sede em Valadares, e do Programa de Disponibilidade de Água da Bacia do Rio Doce (PDA Doce), nos dois estados da região Sudeste. Nosso papel é auxiliar as câmaras técnicas dos Comitês no levantamento de diagnósticos de áreas de vulnerabilidade hídrica. Esses estudos sugerem ações prioritárias, indicadores de desempenho e resultado, metas, assim como soluções e alternativas de recargas de mananciais de abastecimento e práticas de uso racional do solo e da água nos setores produtivos, como a agricultura familiar. Todo esse plano de ação utiliza como referência os Planos de Recursos Hídricos da Bacia.

Entres os primeiros resultados dessa iniciativa, está o Mapa de Áreas Vulneráveis da Bacia do Rio Doce, um levantamento técnico que indica as regiões prioritárias e subsidia a definição de iniciativas integradas de recuperação da qualidade hídrica e ambiental da bacia. Esse mapa está acessível no IGEO, uma plataforma online



que criamos em 2006, cujo objetivo é disponibilizar análises, planejamentos e indicadores para monitoramento de bacias hidrográficas. São informações que apoiam os processos de tomadas de decisões.

Doce Rio: Foi lançado no dia 27 de julho, em Governador Valadares, o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Médio Rio Doce (PDRS) que visa a recuperação de pastagens e terras degradadas na região. Como será a atuação do IBIO junto ao PDRS?

Dr. Eduardo Figueiredo: O PDRS é fundamental para a bacia do Rio Doce, por ser uma estratégia de recuperação econômica das atividades agrícolas, dentro de práticas que recuperem e conservem os recursos naturais. Seu grande diferencial é que o produtor rural é o grande protagonista, por meio de suas entidades de classe: Sicoob CredRioDoce, União Ruralista, Coaperiodoce e Sindicato Rural. O IBIO já é um parceiro dessa iniciativa e vamos trabalhar juntos para implantar o Programa em toda a bacia do Rio Doce.

Doce Rio: Um dos objetivos do PDRS é a recuperação de nascentes e matas ciliares nas propriedades rurais do Médio Rio Doce. Como o IBIO poderá contribuir para esta recuperação proposta pelo programa?

Dr. Eduardo Figueiredo: Nós temos muito conhecimento técnico sobre a bacia e exemplos de projetos bem-sucedidos já implantados. Vamos trazer para o Programa toda nossa capacidade de planejamento e implantação dessas atividades, junto com os Comitês de Bacias e outros parceiros.

A partir de diagnósticos e planejamentos específicos, desenvolvemos ações de gestão de projetos e recursos, capacitação e assistência técnica de extensão rural e aplicação de soluções, tecnologias e metodologias que são necessárias para diminuir a vulnerabilidade desses territórios. O IBIO trabalha, preferencialmente, com aquelas que utilizam infraestrutura natural para regular a quantidade e qualidade de água, conservar o solo e a biodiversidade com serviços ambientais. As atividades com as quais mais trabalhamos são o restauro de vegetação nativa, manejo de pastagem e solo, sistemas agroflorestais, saneamento rural.

Doce Rio: O produtor rural de certa forma é um conservador das águas que nascem em suas terras e vão para os reservatórios e indústrias nas cidades. É justo que o produtor rural seja recompensado por preservar as nascentes. Já existem programas para esta compensação?

Dr. Eduardo Figueiredo: No IBIO usamos expressão “guardião da terra”, em analogia ao



MEDIÇÕES DE PROPRIEDADES RURAIS:
CADASTRO DIVISÕES, DEMARCAÇÃO E
RESERVA LEGAL E GEORREFERENCIAMENTO

Engº Edezio Liandro de Almeida

Engenheiro Civil - CREA/MG 60680/D - Credenciado pelo INCRA - Código CXS

Soluções na medida certa para topografia e agrimensura

Rua Martins de Souza, 45 Morada do Vale

Gov. Valadares - MG - E-mail: projet@veloxmail.com.br

TELS.: (33) 3273-1810 / 9987-0072

potencial do produtor rural familiar para atuar como gestor ambiental em suas propriedades. O agricultor é o grande parceiro do IBIO nessa missão de restaurar matas nativas, fontes hídricas e a própria capacidade de produzir mais com sustentabilidade.

Por isso, não só acreditamos que é justo compensar os agricultores familiares pelos serviços

ambientais que eles executam como auxiliamos a primeira iniciativa do Brasil de desenvolvimento da solução de Pagamentos por Serviços Ambientais. O PSA foi trazido para o Brasil em 2005, quando junto com a TNC e a Conservação Internacional (CI), apresentamos ao governo do Espírito Santo o conceito, hoje consolidado como Política Estadual de Pagamentos por Serviços Ambientais. Dessa articulação,

Curso de Fossa de Evapotranspiração Barra Longa (MG) – julho de 2016



nasceu o projeto Florestas para Vida, implantado nas Bacias do Jucú e Santa Maria da Vitória, por meio de recursos do Banco Mundial.

Entre 2008 e 2011, o IBIO volta a apoiar o Estado através de uma cooperação técnica com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e com o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Seama / Iema), para implantação do programa estadual

de PSA, por meio do projeto ProdutorES de Água. Em 2014, em nova parceria com a TNC, os Comitês das Bacias Hidrográficas de Guan- du, Santa Maria do Doce e Pontões e Lagoas do Rio Doce, e o Reflorestar do governo do Estado, o IBIO integrou o Programa de Recomposição de Áreas de Preservação Permanente e Nascentes (P52), que visa à restauração florestal de 1,5 mil hectares na porção capixaba da Bacia do Doce, utilizando como uma das ferramentas o PSA.

O PSA é, ainda, uma das estratégias do Termo de Cooperação Técnica que assinamos, em novembro, com a iniciativa privada, a TNC, o governo do Espírito Santo e o CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce. Junto com esses atores, o IBIO vai atuar na implantação da adequação ambiental das 50 propriedades rurais. Os investimentos da iniciativa privada e da TNC possibilitarão o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades, elaboração dos projetos técnicos de adequação ambiental do Reflorestar, e supervisão da implantação dos planejamentos em campo. Já os recursos do CBH, provenientes da cobrança pelo uso da água, serão destinados às ações complementares, como saneamento e adequação de estradas rurais etc. O PSA será realizado pelo Reflorestar, que garante os custos relativos à proteção da floresta em pé, às compras de insumos para recuperação de nascentes e áreas de preservação permanente (APPs) e, também, para a implantação dos sistemas agro-florestais. As atividades incluem o planejamento para priorizar as áreas de recuperação ambiental, o apoio técnico e institucional ao CBH Barra Seca e Foz do Rio Doce para a melhor destinação dos recursos, e a implantação dos projetos técnicos. O processo de tomadas de decisões é construtivo e participativo, por meio

16 – Projeto Rio Doce de Novo - Crédito: Pedro Vilela / Agência i7



da Câmara Técnica do CBH, que validam as definições e ações em plenárias.

O grande diferencial do PSA é que ele viabiliza a sustentabilidade financeira e o desenvolvimento de mercados de serviços ambientais. Análises econômicas comprovaram o potencial das boas práticas de utilização do solo, na minimização de impactos ambientais, e sua ligação na redução de gastos que visam à recuperação e o tratamento dos recursos hídricos. Se a adoção de procedimentos sustentáveis nas atividades produtivas for capaz de reduzir em 1% os níveis de turbidez das bacias hidrográficas analisadas, seriam gerados, na época desses estudos, cerca de US\$ 21 milhões em benefícios econômicos e, aproximadamente, US\$ 24 milhões em recursos financeiros, em decorrência da redução nos gastos com componentes químicos aplicados no tratamento da água. Esse montante seria estratégico para fomentar o mercado de serviços ambientais hídricos nesses municípios, através do PSA, viabilizando a recuperação e preservação de florestas nessas regiões.

Doce Rio: A insuficiência na oferta de água para os diversos usos ou a falta de água de boa qualidade gera efeitos diretos no dia a dia da população rural e urbana. Quais medidas emergenciais e estruturantes estão sendo adotadas para minimizar esse grave problema na região?

Dr. Eduardo Figueiredo: Os Comitês de Bacias vem investindo em ações estruturantes na bacia, como os Planos Municipais de Saneamento Básico. Ao longo dos últimos quatro anos, 166 planos foram entregues pelos CBHs aos municípios, em parceria com o IBIO. Agora os municípios devem elaborar seus planos executivos para adequação ou implantação das

obras de saneamento necessárias. Os CBHs e o IBIO serão parceiros nessa fase.

Além das ações desenvolvidas com o recurso da cobrança pelo uso da água, o IBIO desenvolve ações com a iniciativa privada, sempre em parceria com os Comitês. Entre as ações das quais participamos está a doação, por uma demanda da Emater-MG, de dois SkyHydrants a pequenas comunidades mineiras que necessitavam de tratamento de água. É uma tecnologia australiana que consiste em um pequeno sistema de tratamento de água, cedido ao IBIO pela Siemens. Recebemos três equipamentos, dois já doados à comunidade de Bom Sucesso, no município de Santana do Paraíso, e outro a Córrego dos Lúcios, distrito de Ipatinga. O terceiro, estamos estudando uma área crítica para implantar o equipamento.

Destaco, ainda, as ações do projeto Rio Doce de Novo, na comunidade de Gesteira, em Barra Longa, próximo a Mariana. A iniciativa adotou uma estratégia mais dinâmica nas ações devido ao cenário instalado. São atividades como a elaboração de mais de 100 CARs, curso de saneamento rural que mobilizou e capacitou agricultores familiares, agentes de saúde, gestores e técnicos extensionistas da região na construção, instalação e operação de dois modelos



www.marcaam.com.br

- Rações
- Sal Mineral
- Núcleos
- Proteínado

Rua São Paulo, 917 - Centro - Governador Valadares - MG
Fone: (33) 3271-5058 - Email: marcaam@marcaam.com.br



de fossas de evapotranspiração, para que sejam replicados nas áreas rurais próximas.

Há também um trabalho de assistência técnica, como a implementação de duas unidades de referência tecnológica (URT) para produção de leite, em estabelecimentos locais, para disseminar e multiplicar conhecimentos técnicos, boas práticas e aplicação de tecnologias modernas

entre as famílias agricultoras, além da capacitação em manejo racional de pastagem, realizado no início de novembro. Também estão sendo desenvolvidos sistemas agroflorestais, cercamento e recuperação da mata ciliar das nascentes e reservas legais, e a instalação de mais de dez caixas de infiltração de água no solo, as baraginhas. Todo esse processo está em construção junto com os próprios agricultores locais.

**Um Ano Novo cheio
de grandes realizações.**

São os votos da Equipe da Marca AM





SOLUÇÃO EM ENERGIA

A energia da WAV gera t

WAV é muito mais que uma sigla. Hoje é uma marca! Marca de qualidade nos serviços prestados, credibilidade nos negócios e responsabilidade social na defesa da sustentabilidade. É excelente em tudo o que faz, honra compromissos, com profissionalismo e comprometimento.

Pela carteira de clientes é fácil conferir estas qualidades. Entre outros, a WAV atende Coelho Diniz, Big Mais, Grupo HG, Prefisan, GV Shopping, Piracanjuba, Aperam, HAF Empreendimentos, Tudor, Baterias Raiom, Colégio Ibituruna, Sicoob, AtacaForte, Unimed e outras instituições do setor público e também do privado.

História

Criada há 26 anos, em 2008 a WAV deu um grande passo rumo ao que é hoje! Deixou de lado a informalidade e se transformou na WAV SERVIÇOS ELÉTRICOS, Elétrica Américo & Brito LTDA, fazendo a diferença no segmento de manutenção e execução de serviços elétricos. A partir daí fez parcerias com grandes empresas nacionais e internacionais, passando ao atendimento exclusivo às pessoas jurídicas.

É o próprio diretor o engenheiro electricista Filipe Américo Vitor que diz com firmeza e orgulho: “O sucesso de uma empresa não depende, exclusivamente, da qualidade de seus produtos e serviço. Na WAV acreditamos que o sucesso está ligado à credibilidade e, para isso, assumimos um compromisso imprescindível hoje para a cultura de uma empresa bem sucedida: o compromisso com a ética.”



Bomba d'água a energia solar

As placas produzem a energia necessária para o mazenamento ou para o gado, sem gastos exclusivos na região dos Motores Anauger,



tranqüilidade, economia e segurança



Facebook: wavenergia

para bombear água para irrigação, para ar-
com a conta de luz. A WAV é representante
empresa que fabrica as bombas.



Site: wav.com.br

**DA TERRA E NA TERRA VIVEMOS.
COM ELA CONSTRUÍMOS UMA HISTÓRIA
DE COMPROMISSO E RESPEITO.**

VALTRA

PIANNA

Confiando no homem, acreditando na terra

piannarural.com.br

33 3212.7600

.....

Filial-Gov. Valadares-MG
Av. JK,1900-Bairro Vila Bretas

Mas afinal, o que faz a WAV?

Projeta e executa **projetos elétricos**

A WAV faz e executa qualquer projeto elétrico de propriedades rurais, residências e de prédios comerciais ou industriais. Atua nas diversas áreas da engenharia elétrica: instalações (iluminação, tomadas, QGBT's, QDC's, alimentadores e etc.); rede estabilizada, SPDA, subestações, cabeamento estruturado, CFTV e geradores.

Planeja e faz **montagens industriais**

A WAV tem projetos para diversas aplicações, desenvolvidos com uma série de vantagens construtivas e operacionais, dentro dos padrões normativos (ABNT).

Instala e dá manutenção em **geradores**

A WAV instala e dá manutenção em geradores de energia. Os Grupos Geradores Diesel são construídos com características especiais que os fazem apropriados para aplicações diversas, seja em propriedades rurais, indústrias, hospitais, comércio e até em residências.

Faz **análises e medições**

A WAV avalia a situação energética para que qualquer propriedade ou empresa evite desperdícios e prejuízos.

Presta **Manutenção** em sistemas elétricos

É uma questão de segurança e economia. A WAV faz a manutenção de sistemas elétricos para evitar o perigo de acidentes e falhas que possam colocar em risco o patrimônio da empresa e a vida das pessoas. A manutenção também impede a propagação dos danos e aumenta a vida útil dos componentes de um equipamento.

Energia solar fotovoltaica: sustentabilidade e economia

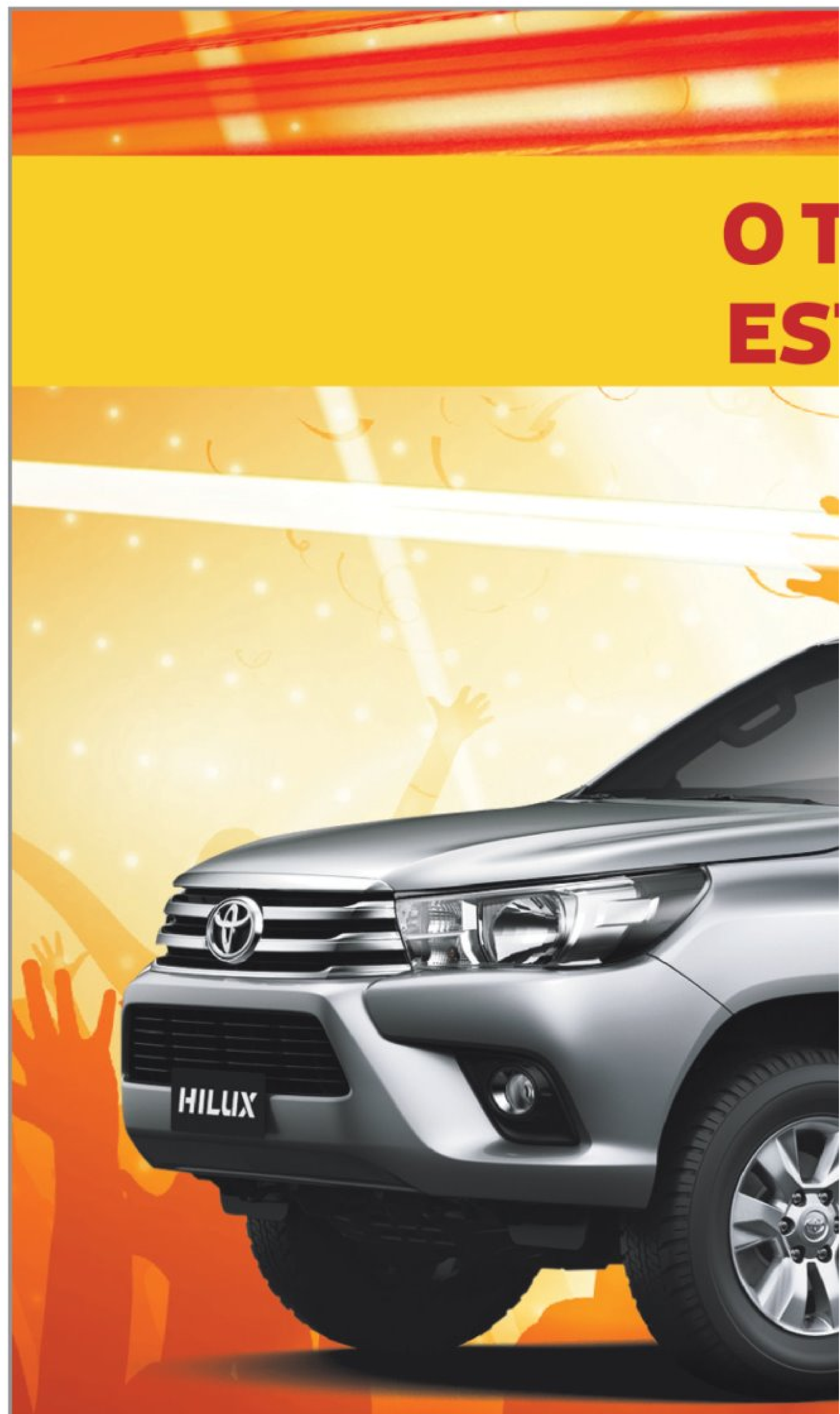
Este produto é o caçula da turma da WAV, mas é o mais conhecido e famoso! Não é para menos! Energia solar é presente e futuro. Seja em residências, propriedades rurais ou empresas, produz energia elétrica de forma limpa e

barata a partir da luz e radiação solar. A WAV projeta e instala placas fotovoltaicas.

Quais as vantagens da energia fotovoltaica?

Vamos entender: O sol produz mais energia que toda energia usada pela humanidade desde o começo dos tempos

- a energia que a terra recebe por ano vinda do sol, representa mais que 15 mil vezes o consumo mundial anual de energéticos



OSAKA

Venha sentir a diferença.

www.osakaveiculos.com.br

Gov. Valadare

HILUX CD SRV 4X4 2.7 DIESEL AUT. 2016/2017 à vista R\$ 160.670,00 Estoque: 2 unidades padrão de condução e combustível, podendo não corresponder ao consumo veicular apresentado são aplicáveis ao exemplo sugerido. Para os demais estados, consulte a alteração sem prévio aviso. A alteração do modelo do veículo ou de qualquer das condições após atendimento pelo SAC): 0800 772 5877. A Toyota oferece 3 anos de garantia de fábrica ou www.toyota.com.br para mais informações. As ofertas deste anúncio não são válidas para veículos faturados no período de 1º a 31/12/2016 ou enquanto durarem os estoques.

TODOS JUNTOS FAZEM UM TRÂNSITO

Então devemos aproveitar!

- A energia solar não polui durante seu uso
- A manutenção das centrais é pequena
- Os painéis solares estão cada vez mais potentes
- Em países tropicais, como o Brasil, a utilização da energia solar é viável em todo o território

E ainda:

- A residência, propriedade rural, empresa ou indústria produz sua própria energia, diminuindo em aproximadamente em 98% o valor da conta de luz
- A empresa elimina os impostos da conta de luz
- A indústria investe em sustentabilidade e valoriza sua marca

dp®

TOYOTA DOS SEUS SONHOS TÁ ESPERANDO POR VOCÊ.

**HILUX SRV 4X4
DIESEL AUT. 16/17**

À vista R\$

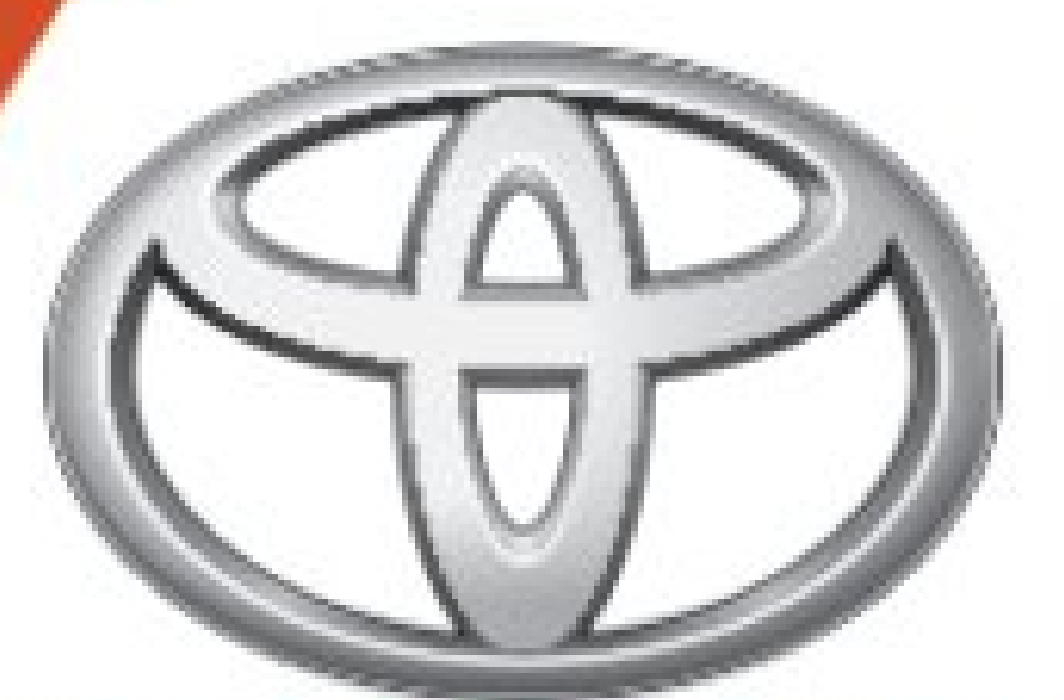
160.670

*Consulte condições na loja.

*Pintura sólida.



33 2101-7000 – Av. JK, 1.700 – Vila Bretas



TOYOTA

condições. Na categoria de pickups, abastecida com diesel, percorre 9,0km/l na cidade e 10,5km/l na estrada. Valores de referência medidos em laboratório, conforme NBR 7024, com verificado com o uso do veículo, que depende das condições do trânsito, do combustível, do veículo e dos hábitos do motorista. Créditos sujeitos a análise e aprovação. Todos os CETs valores de Registro de Contrato e Cesta de Serviços e efetue nova simulação na concessionária Toyota. Campanha vinculada à validade do Programa Ciclo Toyota. Condições sujeitas condições do financiamento acarretará novo cálculo do CET. SAC Banco Toyota 0800 016 4155 ou envie um e-mail para sac@bancotoyota.com.br. Ouvidoria Banco Toyota (somente fábrica, sem limite de quilometragem para uso particular e, para uso comercial, 3 anos de garantia de fábrica ou 100.000 km, prevalecendo o que ocorrer primeiro. Consulte o livrete não abrangem os veículos adquiridos em Vendas Diretas com isenção de impostos. Essas promoções/benefícios não são cumulativas com outras promoções vigentes. Ofertas válidas em todo o Brasil.

MELHOR.

GRUPO
AGUIABRANCA





Consultoria Ambiental

Por: Geraldo Magela Nogueira

Desde o momento em que começamos a discutir o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável Médio Rio Doce (PDRS) em maio de 2015, houve uma grande integração com a classe ruralista da região através de suas entidades de classe: Sicoob Crediriodoce, União Ruralista, Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce e Sindicato Rural de Governador Valadares. Também tivemos uma importante participação da UNIVALE por meio de seus professores, alunos e estagiários que nos permitiram elaborar esse projeto com muito mais eficiência e conhecimento.

O foco do PDRS é a recuperação ambiental do médio Rio Doce com a recuperação das áreas degradadas, implementação de medidas de conservação de solos e água, reforma e implantação de pastagens com alta qualidade. A área

de abrangência é representada pela sub bacia do Rio Doce e a bacia do Rio Santo Antônio, uma área em torno de 10 mil km². Depois a bacia do Suaçuí Grande com aproximadamente 20 mil km², e a terceira bacia inclui também a bacia do Rio Caratinga em torno de 7 mil km², portanto teremos quase 40 mil km² de áreas recuperáveis. Esses números são em função das caracterizações das bacias, já que alguns municípios pertencem a uma bacia e outros a outra. Esta é uma região extremamente desgastada, que sofreu muito no decorrer dos anos em função da utilização de suas antigas florestas na fabricação de carvão vegetal para suprir a siderurgia mineira e nacional, utilização de madeiras de lei para suprir o comércio madeireiro e na utilização dos dormentes para a abertura da Estrada de Ferro Vitória a Minas.

“ O conteúdo do PDRS e a base do projeto de um lado preveem o aumento da produção agropecuária através de investimentos e por outro lado faz com que aquele recurso que foi investido seja retornado para a produção.”

O conteúdo do PDRS e a base do projeto de um lado preveem o aumento da produção agropecuária através de investimentos e por outro lado faz com que aquele recurso que foi investido seja retornado para a produção. Isso é uma via de duas mãos, ou seja, o dinheiro que se coloca tem que dar retorno para o produtor. O projeto prima pela questão do retorno

financeiro e econômico. E quando se fala em retorno financeiro e econômico, também estamos falando do retorno social. Retorno da qualidade de vida e da qualidade ambiental. E tudo isso vem com o aumento da produtividade e da competitividade que gera possibilidades e interesses dos agentes de fomento, sejam eles nacionais ou internacionais em colocarem re-

Carlos Eduardo Orsini - Texto extraído da palestra proferida por Carlos Orsini no lançamento do PDRS em Governador Valadares



Carlos Eduardo Orsini

cursos para este projeto. O maior beneficiário do PDRS será a população que terá ganhos gerados na cadeia produtiva da carne e do leite e da própria agricultura, que também vai renascer na região. Apesar de todos os problemas nós veremos o renascimento da agricultura. Uma agricultura sadia que renderá bons frutos no futuro.

Destaco, também, a importante parceria da Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE),

que participou da etapa de levantamentos dos dados em campo com seus professores e alunos dos cursos ligados à área do estudo, e também participará das certificações dos projetos a serem implantados.

O PDRS prevê o aumento da produção agropecuária primando pelo retorno econômico financeiro e, principalmente, o retorno social de qualidade de vida e ambiental para toda a população da região do Médio Rio Doce.

Colocando Amor
na sua mesa.



www.sensacaodeminas.com.br



Regulamentação do Código Florestal



Após, ratificação do Acordo de Paris, entidade avalia que setor agropecuário tem plenas condições de liderar este processo

O governo brasileiro ratificou, sua adesão ao Acordo de Paris, firmado no final do ano passado para conter o aquecimento global. O pacto, assinado pelo presidente da República, Michel Temer, oficializa o compromisso do Brasil em contribuir, junto com outros países, com a manutenção de aumento médio da temperatura mundial abaixo de 2°C. Pelo Acordo, o país deve reduzir as emissões de gases poluentes em 43% até 2030, em relação aos níveis de poluição de 2005. Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o setor agropecuário tem todas as condições de liderar este processo no país, desde que haja celeridade em alguns pontos considerados fundamentais para concretizar a redução.

Segundo o coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, três questões são fundamentais para que o país consolide suas metas de redução de emissão de gases e contribua para frear o aquecimento global. Uma delas é a regulamentação do Código Florestal, primei-

ro com a adesão dos produtores ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). Em sua avaliação, o Brasil precisa, também, de políticas públicas para fomentar a recuperação de áreas degradadas e estimular a prática de técnicas de baixa emissão de gases poluentes e de sequestro de carbono, além de mudar o parâmetro atual de medição de poluentes.

“O Brasil já é exemplo de técnicas de baixa emissão de gases. Mas estes pontos vão nos ajudar a dar a resposta que o país tem condições de dar a este desafio”, destacou Ananias. Ele lembrou que o país já adota metas voluntárias de redução de emissões e que, com o Acordo de Paris, essas metas serão oficializadas. Até agora, 27 países já aderiram ao pacto, que começa a valer em 2020. Para entrar em vigência, no entanto, o acordo precisa da ratificação de 55 países que respondam por mais de 55% das emissões de gases poluentes no mundo. Os países que fizeram o pacto no fim de 2015 também se comprometeram a criar um fundo para financiar países em desenvolvimento no cumprimento de suas metas e a criar um mecanismo de revisão de metas globais a cada cinco anos.



Vida para as populações e para a biodiversidade

As áreas preservadas pela CENIBRA abrigam nascentes que fornecem água limpa para as comunidades situadas próximas às pr...



ações locais idade.

m mais de 4.500
a fauna, flora e para uso
opriedades da Empresa.





Fundação Renova Promo

Especialista reforça a importância do diálogo com as comunidades e da criação

A Fundação Renova, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), promoveu, no dia 28 de novembro de 2016, em Nova Lima (MG), encontro com o especialista indiano em desenvolvimento sustentável e economia verde, Pavan Sukhdev.

Participaram do evento, que também foi transmitido ao vivo, via webcast, representantes das comunidades impactadas e de instituições da sociedade civil, como academia, poder público, órgãos ambientais, movimentos sociais e ONG's, além de integrantes da governança da Fundação Renova e representantes das empresas mantenedoras.

Durante o seminário, Pavan Sukhdev destacou a importância de se ter esperança e resiliência no processo de reconstrução. “Gostaria de dizer que nós devemos seguir adiante acreditando de que há esperança e trabalhando de forma colaborativa em direção a esse novo futuro. Gostaria também de dizer que não há nenhuma substituição real para a dor, para as perdas e para a tristeza das vidas que foram perdidas, jamais conseguiremos compensar isso, contudo o objetivo é a reabilitação. Esse é o objetivo da Fundação Renova, que tem que ser conquistado por meio da resiliência”, disse ele.

Pavan mencionou também a necessidade da elaboração de um plano de ações de reparação, restauração e reconstrução baseado nas necessidades e opiniões das comunidades impactadas e no baixo impacto ambiental. Como exemplo,

o especialista apresentou algumas das ações aplicadas durante o processo de reconstrução da cidade de Minami Sanriku, no Japão, uma das mais devastadas pelo terremoto e tsunami ocorrido em 11 de março de 2011. Segundo ele, a consultoria Amita Corporation elaborou e apresentou ao governo e stakeholders um plano para obtenção de energia térmica e elétrica a baixo custo, a partir da incineração de resíduos e rejeitos provenientes do desastre. “Certamente, jamais teremos uma solução única para nos prevenirmos de desastres ou para nos recuperarmos da ocorrência deles. O trabalho de recuperação das áreas afetadas é, por si só, uma reafirmação da resiliência humana e da criatividade na construção de soluções eficientes em situações tão desafiadoras. Em respeito aos que faleceram e aos que foram impactados pelo desastre é que devemos aprender com as comunidades afetadas, por meio do diálogo contínuo, para encontrarmos as melhores estratégias”, afirmou Pavan Sukhdev.

Por videoconferência, o evento contou com a participação de Satya Tripathi, advogado e economista, que atuou pela Organização das Nações Unidas (ONU) na coordenação do processo internacional de recuperação dos territórios de Aceh e Nias, na Indonésia, atingidos pelo terremoto e tsunami, em 2004.

Assim como Pavan, Satya Tripathi reforça a participação das comunidades atingidas no trabalho de recuperação, além da construção de parcerias sólidas e eficientes. “A comunidade

Ve Palestra De Pavan Sukhdev

de parcerias para a reconstrução das áreas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão



tem que decidir seu próprio destino e todos os envolvidos no trabalho devem se reunir para compreender e aceitar que a opinião principal está na comunidade, esse é um trabalho em conjunto. Deve-se também ficar atento e dar as boas-vindas a quem queira ajudar, não apenas empresas, fundações, mas todo e qualquer tipo de parceria verdadeiramente interessada em construir um novo futuro”, afirma Tripathi.

A Fundação Renova, em sua crença de que o conhecimento estimula a construção coletiva e a transformação, pretende promover outros encontros com diversos profissionais, acadêmicos, sociedade civil e, principalmente, comunidades e pessoas impactadas para a construção dos caminhos e das soluções de reparação, restauração e reconstrução de forma colaborativa e eficiente.



Fundação Renova informa:

Esclarecimento sobre o Programa de Indenização Mediada

A Fundação Renova informa que a justiça deferiu no último dia 2/12, a ineficácia da liminar que suspendia os efeitos de algumas cláusulas do Termo de Quitação* do Programa de Indenização Mediada (PIM), conforme decisão em anexo. A Renova reforça que continua com o atendimento às pessoas que sofreram interrupção no abastecimento de água potável em Governador Valadares e se compromete a dar celeridade para promover, de modo definitivo, uma situação de normalidade às regiões e comunidades impactadas e todas as oportunidades de melhorias serão consideradas para aprimoramento contínuo das atividades e forma de atuação da Fundação.

O Programa de Indenização tem como objetivo ressarcir os impactados de maneira ágil, alternativa a um processo judicial, em comum acordo e sem os trâmites e custos de uma ação na justiça. O programa é aberto a pessoas, famílias, micro e pequenas empresas que tenham sofrido perdas materiais ou referentes às suas atividades econômicas, em consequência direta e imediata do rompimento. A adesão é voluntária e gratuita.

Para o cálculo da indenização relacionada ao período em que houve interrupção no abastecimento de água, foi considerado o período de dias que a cidade ficou sem abastecimento (no caso de Governador Valadares, sete dias), e foi feita uma avaliação do valor médio das contas de água da população. Baseado nesta avaliação, a Fundação propôs individualizar a indenização no valor de R\$ 1.000,00, considerando o acréscimo de 10% para vulneráveis. Uma família que, por exemplo, seja composta por cinco pessoas, sendo o casal e três crianças, vai receber, cerca de R\$ 5.300 reais. Cada membro da família, inclusive os menores de idade serão indenizados.

*O Termo de Quitação é assinado pelas pessoas que entraram, voluntariamente, no Programa e se refere a quitação do dano sofrido até o momento da assinatura do acordo. Conheça o Termo no site da Fundação.